

» Entrevista | **JARBAS SOARES JÚNIOR**

NOVO PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO

Para o procurador, a Lava-Jato trouxe resultados positivos contra a corrupção, mas cometeu erros que, hoje, permitem repensar a forma de atuação do órgão

“MP tem que fazer uma reflexão sobre seus atos”

» LUANA PATRIOLINO

Com 35 anos de carreira na instituição, o procurador-geral de Justiça Jarbas Soares Júnior, de Minas Gerais, assume, hoje, em Brasília, a presidência do Conselho

Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPJ). Para ele, atuação do MP e a política não são compatíveis, uma conexão que ficou evidente depois que vieram à tona os equívocos da Lava-Jato — uma “ressaca”

que ainda não foi superada. “Os erros ficaram mais evidenciados depois que o então juiz da operação (Sergio Moro) foi ocupar função em governos (tornou-se ministro da Justiça no governo de Jair Bolsonaro, pré-candidato à Presidência da República

e, atualmente, é senador pelo Paraná)”, lembrou Jarbas, para acrescentar: “Isso mostrou que o Ministério Público tem que fazer uma reflexão sobre seus atos e consequências”. A seguir, os principais pontos da entrevista ao **Correio**.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



A Lava-Jato esteve no centro de inúmeras polêmicas, inclusive, sobre a atuação do Ministério Público. Qual o efeito disso sobre a imagem do órgão?

Presido, agora, o Conselho Nacional com as vice-presidências, com os demais procuradores-gerais, e estamos nessa fase pós-operação. A Lava-Jato foi o apogeu do modelo que vivemos, com seus erros e acertos. Os erros ficaram mais evidenciados depois que o então juiz da operação foi ocupar a função em governos. Isso também mostrou que o Ministério Público tem que fazer uma reflexão sobre seus atos e consequências. Temos que combater a corrupção econômica, a corrupção política, os efeitos nefastos das atividades indevidas. Mas temos que agir com inteligência. Não podemos, por exemplo, emparedar os tribunais. Temos que convencê-los e conquistá-los, sem criar mocinhos e bandidos.

O senhor é muito firme sobre os erros e os acertos do MP. É importante ter clareza sobre isso?

Se não fizermos uma mea culpa a respeito dos nossos erros, não vamos corrigi-los. O ministro (do Supremo Tribunal Federal) Sepúlveda Pertence dizia que as ações do MP são mais dos seus acertos do que dos seus erros, que existem. Mas, às vezes, nós sobretudo, por decorrência da Lava-Jato, cometemos alguns erros e, talvez, na ânsia de fazer o melhor. Então, estamos vivendo essa ressaca. Mas acho que, em breve, tudo isso se estabiliza. Algumas legislações foram mudadas, a meu ver, para melhor. Como, por exemplo, a Lei de Improbidade Administrativa. Há uma mudança em curso e estamos vivendo ela.

Qual é sua visão sobre membros do MP ocuparem cargos em

Temos que combater a corrupção econômica, a corrupção política, os efeitos nefastos das atividades indevidas. Mas temos que agir com inteligência. Não podemos, por exemplo, emparedar os tribunais”

“Depois da Lava-Jato, apogeu desse modelo com acertos e equívocos, que permitiu-se ao Ministério Público uma reflexão do que estava se encaminhando. Hoje, estamos mais focados em resultados do que em processos. Isso é uma grande mudança de paradigma”

governos e nos legislativos?

Essa situação aconteceu. Hoje, quem está no Ministério Público, não pode ocupar cargo público. Se tiver esse desejo, tem que deixar o MP. E nem pode usar o Ministério Público com essa finalidade. Nem ele nem os atores externos. O MP é uma instituição que tem que ser cuidada e preservada. Esse é o grande papel que o Conselho Nacional do Ministério Público tem. E vamos trabalhar, nesse período em que sou presidente, junto aos colegas para caminharmos na linha. Não digo correção de rumo, mas, agora, no rumo certo, a partir das experiências boas e negativas que tivemos.

O senhor ocupa o cargo até dezembro deste ano. Em apenas seis meses, qual é seu maior compromisso na função?

É o órgão da política institucional mais importante, porque faz a integração entre os ministérios públicos do Brasil

para discussões e assuntos que permeiam todos os estados e a União, no que se refere às atribuições do MP. Pretendemos fortalecer a marca como representativo do Ministério Público, integrar as regiões, acabar com regionalismos que prejudicaram muito o Conselho Nacional. Teremos um diálogo com Conselho Nacional do Ministério Público, com o Conselho Nacional de Justiça, com o Congresso, com o STF, com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e com o Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Brasil é muito diverso e as regiões são diferentes, mas temos muitos pontos em comum para trabalhar. Um desafio grande é o processo eleitoral com desinformação, com capacidade de desvirtuar a vontade do eleitor. Isso é um ponto importante que o conselho estará ao lado do procurador-geral eleitoral (Paulo Gonet) e, também, na questão das mudanças climáticas.

Qual é a importância desse cargo para a categoria?

Passamos 35 anos, desde a Constituição, litigando muito, propondo mais ações. Sobre tudo depois da Lava-Jato, apogeu desse modelo com acertos e equívocos — que ficaram mais claros depois —, que permitiu-se ao Ministério Público uma reflexão do que estava se encaminhando. Ainda estamos passando por esse período, mas, hoje, estamos mais focados em resultados do que em processos. Isso é uma grande mudança de paradigma. O conselho consegue, por meio dos seus grupos nacionais e comissão, fomentar essa ideia de um Ministério Público mais unido, mais integrado e voltado mais para os resultados.

No ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dispôs a lista triplíce, elaborada pelas entidades de classe, para escolher o procurador-geral da República. Como o senhor analisa tal gesto?

Isso tudo vem da ressaca da Lava-Jato. O Ministério Público Federal cometeu, em geral, muitos erros nesse período — na verdade, setores do Ministério Público Federal e não o MP como um todo. Houve uma reação política. E, para nós, no atual momento, a conservação do modelo da Constituição é o que podemos ter. Acredito que passado esse momento, com trabalho equilibrado, sereno e firme teremos espaço para voltar a discutir a possibilidade da lista triplíce. Temos de ser muito firmes com relação aos atos de corrupção e buscar solução para os erros. Estávamos criminalizando os erros e o papel do Ministério Público é corrigir. Errar, juiz erra, promotor erra. É preciso separar bandidos das pessoas que estão trabalhando para o desenvolvimento do país.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Pacheco devolve parcialmente MP do PIS-Pasep

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou, ontem, ao lado do líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), que devolverá parcialmente a medida provisória que mudou as regras de utilização dos créditos do PIS-Cofins das empresas, impedindo que fossem utilizados para pagar outros impostos. A decisão foi uma resposta à forte reação dos meios empresariais contra a MP, que tem impacto na competitividade e no lucro das empresas.

Lideranças empresariais de todos os setores atingidos se mobilizaram contra a medida e receberam apoio de 27 frentes parlamentares, que representam os setores produtivos atingidos. Enviada ao Congresso na semana passada, politicamente a matéria foi mais um tiro no pé da equipe econômica do governo, que tenta compensar o aumento de gastos da administração federal com aumento de arrecadação. Os técnicos da Fazenda resolvem o problema nas planilhas, mas não na vida real.

O argumento utilizado por Pacheco foi constitucional: o MP não respeitou o princípio da anterioridade, que no caso seria o prazo de 90 dias (noventa) para cobrança dos tributos. Nos bastidores, tenta-se uma negociação para aprovação das demais medidas, que estabelecem regras de transparência para a compensação.

O pano de fundo são as perdas de arrecadação com a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia, aprovada pelo Congresso, contra a vontade da equipe econômica. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a vetar a desoneração, mas o veto foi derrubado pelo Congresso. Nos meios empresariais, há um contencioso com o governo por causa das sucessivas tentativas de aumentar a arrecadação com mudanças repentinas e casuísticas das regras do jogo, em vez de apostar na regulamentação da reforma tributária.

O pagamento do PIS/Cofins gera créditos tributários para alguns setores da economia, que são utilizados para abater dívidas tributárias das empresas. A MP vetava essa possibilidade. Os setores mais atingidos foram o agronegócio, a indústria farmacêutica e os combustíveis. O governo esperava arrecadar R\$ 29,2 bilhões com a medida para compensar, com sobras, a perda com as desonerações da folha de pagamento, estimada em R\$ 26,3 bilhões.

Menos gastos

Empresários e muitos economistas avaliam que o governo erra ao não reduzir seus gastos e insistir na cobrança de mais impostos dos setores produtivos, que ainda estão se recuperando dos impactos econômicos da pandemia. Alegam que o governo já ultrapassou a Curva de Laffer, um conceito utilizado para avaliar a capacidade de arrecadação de impostos proporcionar efeitos positivos na economia.

Arthur Laffer foi um economista norte-americano que fez parte do governo de Ronald Reagan, na década de 1980. O objetivo dele era estimular a economia no país, por meio da redução de impostos. A partir de seu estudo, se passou a entender que a comparação entre alíquota de tributos e a arrecadação federal não operava como uma linha reta. Ou seja: a partir de um determinado ponto, o imposto aumentava e a arrecadação caía.

Sua teoria é muito utilizada para justificar a redução de impostos, mas é difícil calcular o ponto de declínio, porque há muitas variáveis em jogo.

Leilão do arroz

O presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto, anunciou ontem a anulação do leilão do governo para compra de arroz importado, por suspeita de irregularidades. A compra de 263 mil toneladas de arroz pelo governo federal foi feita a pretexto de evitar desabastecimento, devido às enchentes no Rio Grande do Sul. O estado é responsável por 70% da produção nacional do grão, mas já havia colhido 80% do cereal antes das inundações.

Uma empresa de laticínios de Macapá, Wisley de Souza, cujo nome fantasia é Queijo Minas, sem nenhuma tradição no ramo, venceu o leilão: arrematou 147,3 mil toneladas de arroz, o equivalente a R\$ 700 milhões. Duas outras empresas que arremataram lotes também não são do ramo. Somente uma delas, a Zafira Trading, é importadora.

Lula determinou a anulação do leilão. Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, o ex-deputado gaúcho Neri Geller pediu exoneração do cargo. Causou mal-estar o fato de a Bolsa de Mercadorias de Mato Grosso (BMT) e da Foco Corretora de Grãos terem intermediado parte da venda. As empresas, que receberiam comissões pelo leilão, foram criadas em 2023 por Robson Luiz de Almeida França, ex-assessor de Geller, que também é sócio de Marcelo Geller, filho de Neri. França foi colega de Thiago dos Santos, o atual diretor de operações e abastecimento da Conab.

GOVERNO ESPERAVA ARRECADAR R\$ 29,2 BILHÕES COM A MP, PARA COMPENSAR DESONERAÇÕES DA FOLHA DE PAGAMENTO